

## Auditoria afirma que Auricchio pode responder por improbidade

## Auditoria aponta irregularidades contábeis na gestão de Auricchio

CPI da Dívida em São Caetano recebe parecer que comprova afronta da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo então prefeito



RESUMO. Após análise de 14 mil páginas de documentos, técnicos apresentam à CPI provas de que Auricchio infringiu lei fiscal

Relatório final da auditoria das 14 mil páginas de documentos referentes à gestão de José Auricchio Júnior (PSD), apresentado ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida, mostra que o ex-prefeito de São Caetano cometeu irregularidades contábeis. As principais são o cancelamento de despesas no valor de R\$ 29,8 milhões em 30 de dezembro de 2024, a dois dias de passar governo a Tite Campanella (PL); a falta de dinheiro em caixa para quitar R\$ 232,7 milhões em débitos de curto prazo; e a contratação sem lastro de obrigações financeiras nos últimos dois trimestres. Todas contrariam a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Ficou evidente que houve manobras contábeis e manipulação de números para apresentar um quadro financeiro que desviava da realidade", sintetizou o presidente da CPI, César Oliva (PSD). Auricchio pode responder por improbidade. **Política 3**

## Auditoria afirma que Auricchio pode responder por improbidade

CPI da Dívida em São Caetano recebe parecer sobre quadro financeiro da gestão do ex-prefeito em 2024

BRUNO COELHO  
brunocoelho@dgabc.com.br

Vereadores de São Caetano receberam na noite de ontem, em reunião da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida, o relatório final da auditoria sobre as 14 mil páginas em torno das dívidas deixadas pelo ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), apresentando inconsistências no balanço financeiro do exercício 2024. Segundo pronunciamento da Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia), o pesadista pode responder por improbidade administrativa.

Perante 19 dos 21 vereadores da Casa, coube a Edson Cozol, professor e representante da Fundace, apresentar o quadro financeiro herdado pelo governo do prefeito Tite Campanella (PL), que soma de R\$ 1,15 bilhão em passivos,



CPI. Auditoria avalia tendência de Auricchio ter contas negadas no TCE

consolidados e restos a pagar, de herança deixada por Auricchio. Entre os números mais chamativos, destacam-se R\$ 232,7 milhões em insuficiência financeira para quitar obrigações de curto prazo, até a data de 31 de dezembro de 2024.

A auditoria destacou também R\$ 29,8 milhões em cancelamentos indevidos de despesas liquidadas, ou seja, em-

presas que prestaram serviço à Prefeitura de São Caetano, no dia 30 de dezembro de 2024, menos de 48 horas para a troca de chaves do Palácio da Cerâmica de José Auricchio para Tite Campanella.

O relatório também citou o artigo 42 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que proíbe o gestor público de contrair obrigações financeiras nos últimos dois quadri-

mestres que não possam ser integralmente cumpridas no exercício, ou que reste parcela a ser paga no ano seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.

"Os achados afetam diretamente o artigo 42 da LRF, liquidez negativa consolidada, cancelamentos concentrados de liquidação, despesas de 2024 pagas com empenho de 2025, restos a pagar sem empenho, distorção entre saldos bancários contabilizados e efetivamente disponível, risco de parecer desfavorável do TCE (Tribunal de Contas do Estado). (O gestor) pode responder por ato de improbidade (administrativa)", citou Cozol.

Presidente da comissão, César Oliva (PSD) afirmou que irá se reunir com o relator Edison Parra (Podemos) e Marcel Munhoz (Progressistas), para definir os próximos passos. "Ficou evidente que houve manobras contábeis e manipulação de números para apresentar um quadro financeiro que desviava da realidade. Esse parecer vai instruir de forma técnica a entrega do relatório."

Procurador, Auricchio não retornou à reportagem.

Veículo: Impresso -&gt; Jornal -&gt; Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: Capa + página 3